

TERRENO DE MARINHA

Lei para manter campo de futebol

Prefeitura de Vitória vai apresentar projeto para impedir que o governo federal construa no terreno do Clube Santa Cruz, em Santa Lúcia

Daniel Figueredo

Para impedir que qualquer construção seja feita no campo de futebol do Clube Santa Cruz, que foi reempossado pela União após decisão da Justiça Federal, um projeto de lei vai ser apresentado pela Prefeitura de Vitória.

Segundo o prefeito da capital, Luciano Rezende, a decisão foi tomada para evitar que algum órgão do governo federal construa no terreno. O Clube Santa Cruz deve R\$ 645 mil à União. O clube tem 30 dias para desocupar a área.

“É a última área verde em uma região adensada como é a região de Santa Lúcia e Praia do Canto. Ela tem que ser preservada”.

De acordo com Luciano Rezende, o projeto de lei será levado ao conselho do Plano Diretor Urbano (PDU), em regime de urgência, para conseguir realizar a alteração na atual legislação.

“Saiu um parecer do Ministério Público Federal em uma de nossas ações sobre a cobrança. O órgão classificou a cobrança como uma imoralidade criminosa”.

Segundo Luciano, os critérios utilizados pela União para fazer a cobrança são confusos. “Em algumas casas, um pedaço é da União, outro pedaço não. Essas pessoas acabam ficando também sem segurança. Não podem pegar em



CAMPO DO SANTA CRUZ: clube deve R\$ 645 mil à União em taxas de marinha, mas prefeitura quer impedir que terreno seja usado para outros fins

préstimos ou financiamentos, pois não são donas dos terrenos.”

Ele afirmou também que a Justiça Federal tomou a mesma decisão em São Luís (MA) e Florianópolis (SC) e suspendeu a cobrança das taxas naqueles municípios.

Vitória tem três ações tentando extinguir a taxa. “Queremos isonomia”, salientou.

Na capital, são 70 mil imóveis

localizados em terrenos de marinha e, segundo a SPU, a inadimplência ocorre entre 10% e 20% dos terrenos. Terrenos de marinha se localizam a 33 metros da preamar, o nível de maré mais alta. Também é feita a cobrança em áreas aterradas.

Em Vitória, 58 bairros possuem áreas de marinha, sendo 50 em áreas populares.

OS NÚMEROS

70 mil
imóveis pagam a taxa em Vitória

58 bairros
estão em terrenos de marinha

SPU diz que cobrança é legal e que terreno é da União

A cobrança da taxa de marinha é legal, segundo entendimento da Superintendência de Patrimônio da União. De acordo com o superintendente estadual do órgão, Magno Pires, a reintegração de posse do campo do Santa Cruz se deu porque o clube estava há 10 anos sem pagar as taxas.

“A cobrança da taxa é uma garantia constitucional. Mesmo em São Luís e Florianópolis, o que aconteceu não foi a extinção da taxa, mas a suspensão da cobrança para definir o que é interior de ilha. Aqui em Vitória, esta questão está resolvida.”

Segundo Pires, a questão sobre qual tipo de edificação poderá ser construída no terreno é de competência da prefeitura e ele não tem que opinar nisso.

Já no caso das paneleiras, ele afirmou que não existe ação de reintegração de posse, mas uma de execução de dívida.

“Se a prefeitura requisitar a área à União para desenvolver um projeto cultural, faremos a cessão ao município e ele fica isento. A cobrança anterior, ou o município assume, ou a associação parcela, em até 60 vezes. Sempre tivemos uma relação de parceria com a Prefeitura de Vitória. Não há necessidade de jogar a nossa parceria por terra.”

Prefeitura critica cobrança de taxa das paneleiras

A cobrança de R\$ 71 mil à Associação das Paneleiras foi duramente criticada pelo prefeito de Vitória, Luciano Rezende. Segundo ele, não poderia ser cobrada a taxa de um patrimônio cultural nacional.

“Não poderia ser cobrada essa taxa de um patrimônio cultural reconhecido pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Seria o mesmo que

cobrar taxa de marinha do Convento da Penha”, disse.

Segundo ele, uma ação específica para as paneleiras está sendo estudada pela procuradoria do município.

“Vamos dar todo o suporte jurídico para que isso seja cancelado. Não descartamos também adotar outras medidas para resolver este problema, mas vamos traçar as estratégias”, afirmou.

LUCIANO REZENDE defendeu a isenção da taxa por se tratar de um patrimônio cultural reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional



INSATISFAÇÃO

FOTOS: RODRIGO GAVINI/AT



Na Justiça por oficina

Devendo R\$ 11 mil para a Superintendência de Patrimônio da União, Ailton de Souza, 62, reclamou das taxas. “Minha oficina fica quase em cima do morro. Não entendo por que tenho de pagar essa taxa.”

“Quase perdi minha casa”

Belaziel Siqueira, morador do bairro Gurigica, estava devendo R\$ 8 mil em taxas de marinha. “Eles foram tomar a minha casa. No dia, chorei. Acabei parcelando em 60 vezes para pagar.”

